



Enero 2017 - ISSN: 1988-7833

UMA ABORDAGEM DA POLÍTICA E DA CIDADANIA NA DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO

Carine Martins dos Santos¹
César Augusto Costa²

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Carine Martins dos Santos y César Augusto Costa (2017): "Uma Abordagem da política e da cidadania na disciplina de Sociologia no Ensino Médio", Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, (enero-marzo 2017). En línea: <http://www.eumed.net/rev/cccss/2017/01/sociologia.html>

Resumo: Este estudo aborda a discussão dos temas política e cidadania nas aulas de Sociologia do Ensino Médio em escolas públicas, tendo como objetivo verificar se o ensino da Sociologia no Ensino Médio aborda de forma ampla e atualizada os temas política e cidadania, de forma a esclarecer o adolescente sobre sua importância no processo de formação do estado brasileiro. Após breve discussão sobre o tema com base na literatura, por meio de uma pesquisa descritiva e aplicação de um instrumento de pesquisa na forma de questionário com questões fechadas de resposta simples, aplicadas a uma amostra de 94 sujeitos do 3º ano do Ensino Médio Politécnico de uma escola pública estadual de Balneário Pinhal/RS, investigando a relação da disciplina e o conhecimento de política e cidadania pelos alunos, constatou-se que apesar de os conteúdos da mesma abordarem temas relacionados, ainda estão muito distantes da real necessidade e muito aquém de um aprofundamento que permita ao aluno amplitude e domínio das questões dos temas em discussão.

Palavras-chave: Cidadania; Conteúdos de Sociologia; Sociologia; Política.

An approach of politics and citizenship in the discipline of sociology in middle education

Abstract: This study addresses the discussion of policy issues and citizenship in the School of Sociology classes in public schools, and to verify whether the teaching of sociology in high school covers a wide and updated way the political and citizenship in order to clarify the teen about their importance in the formation process of the Brazilian state. After a brief increasing discussion on the topic based on literature, through a descriptive research and application of a research instrument in the form of a questionnaire with closed questions simple answer, applied to a sample of 94 subjects of the 3rd year of the Polytechnic School a state school in Pinhal Beach/RS, investigating the relationship between discipline and knowledge of politics and citizenship by the students, it was found that although the content of that address related issues, are still far from the real need and very short a depth that allows the student scope and field of issues of the topics under discussion.

¹ Especialista em Sociologia no Ensino Médio/FURG. Licenciada em História. E-mail: carinemartinsbpinhal@hotmail.com

² Sociólogo. Pós-Doutor em Direito e Justiça Social. Professor no Programa de Pós-Graduação em Política Social/UCPEL.

Key-words: Citizenship; Sociology of content; Sociology; Policy.

Introdução

O choque de interesses entre indivíduos e grupos na sociedade se constitui no responsável pela luta pelo poder e seu exercício em diferentes configurações institucionais. A disputa pelo comando, que implica, quase invariavelmente, numa posição de status elevado, tem relegado o exercício da política a um segundo plano, onde a promoção individual tem se tornado mais importante que a busca de atingir objetivos e benefícios coletivos.

De acordo com Bobbio et al. (2002), a história da humanidade é basicamente uma história de política, isto é, das lutas travadas por indivíduos grupos ou nações para conquistar, manter ou ampliar o poder político. Essas lutas podem ser violentas, na forma de assassinatos de dirigentes ou militantes, guerras internas ou entre nações, revoluções e golpes de estado, bem como podem ser pacíficas, efetivadas por meio de eleições ou plebiscitos.

O estudo desses embates dentro da formação de estudantes do ensino médio, cuja idade, em geral, já propicia o direito a voto, constitui-se num importante mecanismo de apropriação cultural e formação cidadã, tendo em vista que é através do esclarecimento e do conhecimento amplo das formas de formação do poder, dos mecanismos políticos e da formação política de um país que o indivíduo poderá exercer de forma mais efetiva e consciente suas escolhas.

Termos como educação e cidadania vêm subentendidos no escopo do sentido político da educação, tendo em vista que proporcionar o desenvolvimento do cidadão para a cidadania não é possível sem que se estabeleça, antes, o que vem a ser essa cidadania. No contexto escolar, especialmente na formação de adolescentes que em breve estarão escolhendo seus dirigentes, é preciso ter em mente que uma educação política voltada para a cidadania implica em educar o sujeito para ser participativo, crítico, no sentido de ser coparticipante da democracia.

E com base nessas afirmações iniciais, traçou-se como objetivo deste estudo verificar se o ensino da Sociologia no Ensino Médio aborda de forma ampla e atualizada os temas política e cidadania, de forma a esclarecer o adolescente sobre sua importância no processo de formação do estado brasileiro, conscientizando-o acerca de seu papel no processo político nacional.

O estudo no Ensino Médio atual ainda continua, na maioria das instituições, arraigado aos currículos do passado, em que os conteúdos prontos não possibilitam uma visão realista e contemporânea dos fatos. A sociologia, como ciência do comportamento humano individual e coletivo, deve se preocupar em atender todos os campos do conhecimento na qual abrange incluído, de forma muito intensa, a política, uma vez que o fato política tem interferência direta no comportamento social do indivíduo e na forma como a sociedade se organiza.

Assim, justifica-se este estudo que ainda servirá de subsídio para futuros estudos no campo das ciências humanas, em especial àquelas ligadas ao comportamento, além de ser um importante material para se pensar em novas formas de desenvolver o campo das ciências humanas no Ensino Médio.

Diante das colocações acima, e estando à pesquisadora tencionada com a temática da cidadania e da política âmbito do ensino de Sociologia que se constituiu o presente artigo, que tem

por título: *“Uma Abordagem da política e da cidadania na disciplina de Sociologia no Ensino Médio”* o qual está estruturado em cinco tópicos. Nos três primeiros tópicos, abordaremos a contextualização central do estudo, a Escola Diogo Penha. No segundo, apresentaremos a escola como espaço político, cujo papel referencia teoricamente este estudo. E no terceiro, o vínculo existente entre educação e política. No quarto e quinto, aborda-se a metodologia realizada, trazendo a coleta de dados e a interpretação dos mesmos junto aos resultados principais. Por fim, finaliza-se o presente trabalho com as considerações finais do nosso estudo.

1 A contextualização do espaço de estudo

A escola em estudo constitui-se em um espaço que abriga indivíduos das mais diferentes classes sociais e socioeconômicas. Com uma comunidade que provém de vários bairros da cidade, a E. E. E. M. Diogo Penha possui um curso regular de Ensino Fundamental, com 10 turmas, mas é a única do município de Balneário Pinhal com Ensino Médio Politécnico, com 12 turmas.

Possui ainda um curso de Educação de Jovens e Adultos de Ensino Médio (EJA), com três turmas. A disciplina de Sociologia é ministrada nos três anos das duas últimas modalidades (Ensino Médio Politécnico e EJA).

Possui dependências muito antigas, com salas pequenas, o que dificulta a ampliação de número de turmas e de alunos em sala de aula. São nove salas de aulas regulares e duas que foram adaptadas para abrigar a clientela (um laboratório de informática e um laboratório de ciências). Possui ainda sala multimídia para alunos especiais, biblioteca e demais dependências para seu perfeito funcionamento.

Tem uma diretora, eleita recentemente, três vice-diretores, um para cada turno de funcionamento, duas supervisoras e uma orientadora. Conta com 32 professores regentes e sete funcionários, além de quatro professores que atuam em setores administrativos.

1.1 A Escola como espaço político

A escola hoje, pelo menos em uma perspectiva teórica, encontra-se fortemente comprometida com um ensino de qualidade e com a ideia de construção da cidadania. Conforme Krasilchick e Maandino (2007), os conteúdos escolares repassados aos alunos são entendidos como parte de um instrumental necessário ao pleno entendimento, por todos, da realidade à sua volta e como forma de aquisição das condições necessárias para estabelecer uma discussão, um debate, formação de opinião e até mesmo para intervir nas questões sociais que marcam cada momento histórico.

Conforme os PCNs (1997), a qualidade de ensino nos diversos níveis de educação, pelo que a sociedade clama na atualidade expressa-se como uma possibilidade do sistema educacional viabilizar uma prática educativa que esteja em consonância com as necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais dos sujeitos desse país, e que leve em consideração os interesses e as motivações dos alunos, garantindo, dessa forma, aprendizagens essenciais para a formação de

cidadãos autônomos, críticos e participativos, capazes de atuar com competência, dignidade e responsabilidade na sociedade em que vivem.

A escola é um espaço político e de formação da cidadania. Nesse sentido, é neste espaço que a verdadeira educação para a cidadania precisa ser estimulada. No entendimento de Hamze (2010, sp.), “Os direitos e deveres civis e políticos, devem ser trabalhados por meio de valores éticos. É necessário compatibilizar cidadania, política e diversidade, através de princípios éticos”. Entende a autora que o processo educativo é uma ação pautada na convivência social, no exercício da cidadania e numa tomada de consciência política, fazendo de cada sujeito um autor de transformação social.

Para Galvão (2012), constitui-se a educação um pilar fundamental para o desenvolvimento democrático do país. Segundo o autor, é através da educação de qualidade e desvinculada da posição política que se dará o resgate da cidadania plena e da capacidade de exercer os direitos humanos de forma ampla e irrestrita. Para o autor, “entende-se por cidadania o direito e o acesso de todos os indivíduos aos bens materiais e culturais necessários para a vida” (p. 69).

Por outro lado, cidadania é reflexo do exercício consciente da política e do direito de escolha das políticas públicas. Assim, segundo Bobbio et al (2002), o cidadão consciente é aquele que conhece seus direitos, que exerce plenamente sua função social e luta para que sua comunidade seja plenamente atendida pelo poder público, representado pelos políticos que elegeu. Para isso, é preciso que a escola, desde cedo, exerça a função de educadora em todos os sentidos, incluindo a política.

Para Kneller (apud GALVÃO, 2012), considera-se educação um processo social, onde o indivíduo se apropria de forma deliberada da herança cultural de seus antepassados (conhecimentos, valores e dotes acumulados), indo esta de uma geração para outra pela ação de escolas, universidades e outras instituições. Galvão (2012, p. 167) considera que o processo educacional “pode muito pouco diante da complexidade de um sistema político-econômico injusto tal como é o capitalismo. Qualquer que seja a prática educacional jamais há de obter sucesso diante do desafio que representa o resgate da cidadania”.

É interessante a colocação de Hamze (2010) quando aborda a importância da politização do educando no contexto escolar. Para a autora, “a democracia só se constituirá como substancial se a formação política for propiciada no ambiente escolar”. Entende a escola, enquanto sociedade, como o local de formação e informação, onde o aprender deve conjugar-se com os assuntos sociais que marcam cada fato histórico.

1.2 O professor como educador político

O aprendizado escolar se configura sob um prisma bastante amplo de opções, que não se restringem à mera aprendizagem cognitiva ou intelectual, afetiva e psicomotora. A escola, na visão de Oliveira (2011), é o ambiente complementar ao familiar, onde a criança reafirma e amplia o entendimento social e comunitário, a responsabilidade, reconhecendo seus direitos e deveres. Para a autora:

Embora a escola e os movimentos sociais eduquem de forma específica, ambos têm em comum o sentido político da educação. Cabe, portanto, ressaltar o caráter educativo manifesto nestas experiências, assim como compreender os espaços das práticas sociais como lugares adequados ao desenvolvimento de uma educação crítica e emancipatória (OLIVEIRA, 2011, p. 160).

Arroyo (2009) afirma que os vários sentidos que rumam a sociedade e suas configurações precisam ser conhecidas e discutidas entre professores e educandos na escola como forma de conhecimento e debate sobre o fato social, histórico e político, onde seja estabelecida uma relação entre o passado e o presente capaz de possibilitar vislumbrar as transformações indispensáveis ao bem estar da comunidade e assim, “através das vivências plurais os alunos passam a exercer a cidadania social e política” (p. 123).

Nesse mesmo sentido, Mainardes (2014, p. 21) argumenta: “A escola torna-se o espaço ideal para a formação cidadã, pois se trata de um lugar onde a criança e o jovem vivenciam suas primeiras experiências relacionadas ao convívio social”. Para a autora, a partir do momento que a escola deixa de atuar com espaço de formação política e cidadã, especialmente num país que não incentiva a conscientização, ela, escola, deixa de cumprir seu papel social acarretando graves consequências.

Cervi (2013, p. 66) afirma que “um país sem cidadania exercida desde a idade em que as pessoas começam a ter contato com o ambiente externo à própria família é um país que terá que gastar mais tempo, dinheiro e energia discutindo formas de fiscalização e punições dos desvios”. E complementa que os países subdesenvolvidos primam muito por desenvolver políticas públicas não voltadas às reais necessidades populares porque priorizam uma educação desvinculada da educação cidadã, em que o debate sobre os fatos históricos e sociais seja realizado desde a mais tenra idade na escola. Isso implica em uma visão mais ampla do ambiente escolar do que o puramente transmissor de conhecimentos.

O processo educativo é um instrumento que busca aprimorar a convivência social, a cidadania e a tomada de consciência política. Para Galvão (2012), o processo ensino-aprendizagem deve, além de ensinar o conhecimento científico, propor e desencadear o preparo do indivíduo para o exercício consciente da cidadania, esta entendida como o acesso aos bens materiais e culturais produzidos pela sociedade, com o exercício amplo e irrestrito de todos os direitos e deveres previstos pela Constituição da República.

O verdadeiro professor é aquele que instiga seu aluno com atitudes pautadas no processo de construção da identidade humana, conjugando ou adequando essência e existência. Para Queiroz (2012), é papel do professor desenvolver o currículo de sua disciplina contextualizando-a no processo histórico e cultural em que está inserida.

Para o autor, não se constitui como prioritário na função educativa a formação de mão de obra especializada ou qualificada para o mercado de trabalho. O verdadeiro objetivo do professor deve ser “formar seres humanos felizes, dignos, dotados de consciência crítica, participantes ativos do desafio permanente de aprimorar o socialismo, que considero o nome político do amor” (p. 46). Portanto, é seu papel instigar no aluno o apreço aos valores que estimulem à sociabilidade, a solidariedade, a coparticipação, o altruísmo, o trabalho coletivo e defesa destas causas e aos valores

morais e éticos, “ainda que a fonte desses valores não seja estritamente ideológica, mas também religiosa ou espiritual” (p. 47).

Romero (2010) argumenta que o educador deve entender todo o contexto processo educativo como formado pelos elementos formais e informais, de aprendizagem mútua, onde o educando constitui uma parte importante deste do cenário, precisando ser sujeito ativo dessa realidade, em que se identifique com o ambiente escolar, familiar e social, e ainda desenvolva desta forma, um processo reflexivo que favoreça a elevação da sua autoestima por meio da participação.

E neste contexto assim formado, é o professor o formador de opinião, o elemento que desencadeará a busca pelo aluno de sua posição social e política, a partir de um planejamento curricular que não se volte apenas ao conhecimento, mas à inserção do educando na vida, especialmente como indivíduo pensante e atuante na sociedade (ROMERO, 2010).

Por outro lado, a escola, onde o professor é o elo entre a educação e o aluno, constitui-se o espaço formador de opiniões e de desenvolvimento do senso crítico. Para Mainardes (2014, p. 21), a escola é o espaço ideal para a formação política e cidadã. “A escola trabalha com conhecimento e tem que motivar o estudante para essas questões”. Se todas as escolas fizessem isso, o cenário político brasileiro seria bem diferente.

Para Gadotti (2007), o processo de conscientização e educação política não deve ser realizado da mesma forma como se processa o ensino de outras disciplinas, nas quais existem fórmulas prontas para a solução de problemas, e cuja resolução ocorre se houver a precisa aplicação daquelas. Ela deverá ser resultado da reforma ou implementação de uma educação, bem como sua gestão, democrática.

Para Cervi (2013, p. 77):

Um país sem cidadania exercida desde a idade em que as pessoas começam a ter contato com o ambiente externo à própria família é um país que terá que gastar mais tempo, dinheiro e energia discutindo formas de fiscalização e punições dos desvios. E a formação política do jovem deve ser trabalhada de maneira contínua, e não apenas em períodos relacionados a eleições.

Assim, a educação política realizada na escola não deve ser restrita ao período eleitoral ou aos problemas relacionados ao assunto, como os que estão ocorrendo atualmente no país, mas devem fazer parte do trabalho docente ao longo de todo o processo educativo, especialmente na formação de adolescentes que estarão ingressando ou já estão no processo eletivo de seus representantes (CERVI, 2013).

1.3 A relação educação e política

Política, em sentido estrito, é definida pela Enciclopédia Britannica (BARSA, 2008, p. 402) como “a arte de governar a *polis*, ou cidade-estado” e deriva do adjetivo *politikós*, que significa tudo que se relaciona à cidade, isto é, tudo que é urbano, público, civil e social. Numa acepção ampla, política é o estudo do fenômeno do poder, entendido como a capacidade de um indivíduo ou grupo organizado tem de exercer controle imperativo sobre a população de um território, mesmo quando é necessário o uso da força.

Conforme Queiroz (2012) cabe à ciência política explicar os motivos das relações que existem entre os poderes políticos e a sociedade, as diversas formas de organização do estado e sua dominação por classes ou grupos, a formação da vontade política do povo e as diferentes teorias relativas à prática política.

Existem controvérsias sobre o papel da educação na formação política e na importância e/ou necessidade de se educar politicamente o jovem na escola. Galvão (2012) contesta o pensamento que ele considera burguês, segundo o qual a educação seria a solução para quase todos os problemas sociais e um impulsionador do desenvolvimento econômico do país.

O autor ainda contesta o fato de que a educação possa diminuir a distância entre as classes mais abastadas e as menos favorecidas, representantes de progresso, pois infere a exclusão social proposta e delineada pela sociedade capitalista.

Nessa mesma senda, Rossi (apud GALVÃO, 2012) defende que não será através do processo educativo que será solucionado o problema da miséria e da desigualdade social existente nos países pobres, pois que este se soluciona com a melhor distribuição de riqueza, renda, e maiores oportunidades de crescimento pessoal e ascensão social, que serão alcançados pela alteração das relações sociais de produção. Segundo o autor, isso não é um aprendizado de sala de aula.

Para Marques (2011), no processo educacional brasileiro o tema política e o ensino e a promoção de atividades a ela ligadas ainda são muito incipientes e debatidas de forma muito confusa, normalmente feito de forma impositiva e direcionada, sendo necessário o convívio e o respeito recíproco como pontos comuns dentro dos componentes curriculares já existentes.

Conforme o autor, isto se explica pelo fato de que a democracia brasileira ainda é muito recente no país, depois de um período de recessão e autoritarismo, além do que a noção de política se volta apenas à questão partidária, pelo que, na maioria dos casos, a escola acaba por afastar crianças e jovens do assunto, o que pode se perpetuar pela vida adulta.

Numa perspectiva histórica, existe uma estreita relação entre interesses políticos e práticas pedagógicas, historicamente, mantêm uma relação que visa à dominação. Conforme Leite (2010), mesmo entendendo que exista uma desigualdade acentuada nessa relação, considerando que a política influencia muito mais a educação e vice-versa, é inegável a influência e a importância do fazer pedagógico no seu estado político.

No entanto, a educação tem se voltado mais à perspectiva de preparação para o mercado de trabalho, tendo em vista as dificuldades enfrentadas pelo trabalhador sem qualificação e o sistema capitalista vigente na economia brasileira. Segundo Saviani (2009), adotando a escola a práxis “não crítica”, terá como resultado a reprodução dessa dada realidade social, qual seja, a de manter a reprodução das desigualdades sociais. Isto é reflexo de uma educação que não prepara o educando politicamente, e realiza um fazer por fazer, meramente formal, tecnicista, voltado à formação de mão de obra barata para atender ao mercado de trabalho.

O que se pode inferir do sistema educacional brasileiro é que as relações sociais e econômicas estão alicerçadas num modelo capitalista de produção influenciando o modelo pedagógico e tem o objetivo de consolidar a ordem social vigente, de acordo com o pensamento de

Evangelista (2010), e que vem a consolidar como normal, ou comum, esse projeto hegemônico burguês.

Ao fazer referência ao tema política na escola é preciso ter presente que não se refere especificamente à política partidária, tendo em vista que, de acordo com Hamze (2010), ela deve ser abordada em espaços e ambientes adequados. Conforme a autora, “a escola é o ambiente propício no significado abrangente de atentar à qualidade ao bem comum do seu cidadão, da coletividade e da comunidade [...]”. Dessa forma entende que o tema, esta desvinculado de articulações ou facções políticas, deve constar do currículo escolar sendo o Ensino Médio, modalidade que já se propõe por suas características e pelas disciplinas que compõe sua grade, como a Sociologia, propicia um debate importante e necessário para a formação do adolescente.

2 Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida de forma descritiva, de natureza qualitativa que, conforme Gil (2007), é o tipo de investigação realizada com amparo numa pesquisa bibliográfica anterior, base de toda a pesquisa. Configurou-se como um estudo de caso que, segundo Triviños (apud VENTURA, 2007), é uma categoria, modalidade ou um tipo de pesquisa qualitativa que se caracteriza pela profundidade de estudo de uma unidade. A população envolvida foram alunos do 3º ano do Ensino Médio Politécnico Regular, da Escola Estadual de Ensino Médio Diogo Penha de Balneário Pinhal/RS e a amostra da pesquisa constou de 94 indivíduos.

Os dados foram coletados por meio da aplicação de um instrumento de pesquisa, na forma de questionário, com questões fechadas de resposta simples, que facilitam a tabulação de dados, aplicado na escola aos sujeitos da pesquisa. Este instrumento foi elaborado pelo pesquisador, com base nos estudos de Evangelista (2010), Leite (2010), Mendonça (2010), Paula (2011), Mainardes (2014), entre outros, que estudaram as relações do ensino da Sociologia com o conhecimento político dos alunos, bem como as relações de política e educação.

A análise dos resultados foi realizada através da analogia ao referencial teórico pertinente ao tema e a tabulação dos dados em forma de gráficos elaborados a partir do programa Windows Excel.

3 Resultados e discussão

A pesquisa considerou o universo da escola e foi realizada com a totalidade dos alunos do 3º ano do Ensino Médio Politécnico, que conta com duas aulas semanais de Sociologia na base curricular. São três turmas, duas no turno da manhã e uma no turno da noite, com aulas ministradas por dois professores diferentes.

O planejamento é semelhante e não atende de forma específica os conteúdos “política” e “cidadania” sendo muito amplo nos que refere ao tema, ainda que os refira. Não consta na metodologia alusão ao debate sobre estes temas, havendo alusão apenas ao conteúdo “partidos políticos” e “sistema político brasileiro”.

A primeira questão investigou se a disciplina de sociologia aborda conteúdos relacionados à política e à cidadania, da seguinte forma? “No estudo da disciplina de Sociologia, os conteúdos abordam assuntos relacionados à política e cidadania?” A maioria das respostas aponta para o sim com relação à abordagem do assunto nas aulas da disciplina, o que corresponde ao previsto no planejamento curricular.

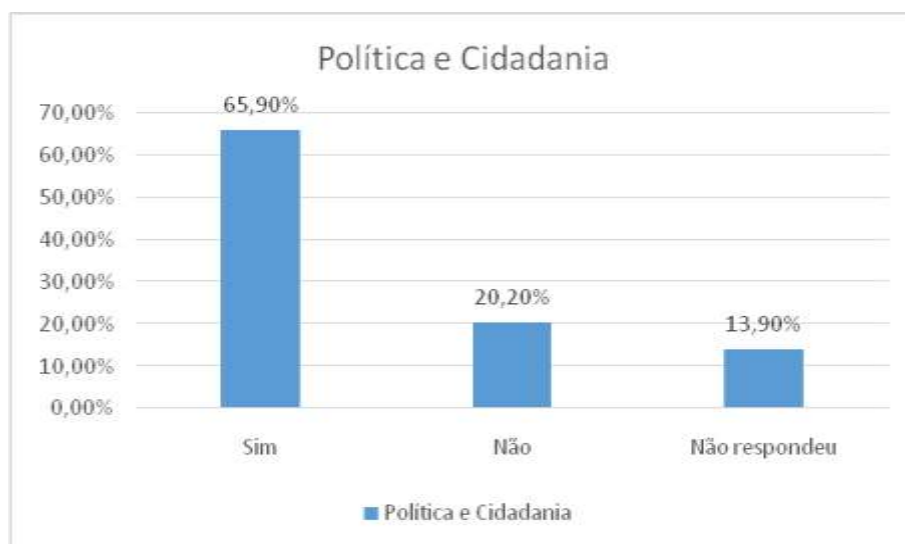


Gráfico 1. Abordagem dos conteúdos política e cidadania em Sociologia
Fonte: Dados primários da pesquisa

Os sujeitos da pesquisa fazem referência ao estudo da política e cidadania nos conteúdos de Sociologia, no entanto pelo planejamento configura-se que este conteúdo é apenas referente ao que são partidos políticos e o que é cidadania, não havendo aprofundamento. Além disso, 34,10% referem desconhecer o tema ou não responderam à questão, o que leva a inferir que não há debate amplo.

Considerando-se que a Sociologia é disciplina que tem no seu escopo a abordagem das informações referentes ao fato social e que a política é um fato social permanente e importante na vida dos indivíduos, de acordo com Mendonça (2011), é de se supor que ela aborde o tema política e cidadania de forma ampla e debatida, com o objetivo de informar adequadamente o educando e situá-lo no panorama social do país, para que possa exercer sua função de cidadão.

No entanto, a escola ainda está presa a conteúdos pré-moldados e na visão de Leite (2010, p. 2), “a escola pública perdeu-se em si mesma, desvinculada da realidade das comunidades a que atende [...]”. Nesse sentido, no Ensino Médio, onde os alunos estão, em sua maioria, em idade com possibilidade de participação no processo eleitoral e, por conseguinte, representam um contingente considerável de eleitores.

No entanto, de acordo com Bobbio (2002) a noção de política e cidadania está muito distante do entendimento popular e, complementando esta ideia, Galvão (2012, sp.) diz que “no Brasil, a participação do povo no poder se limita a comparecer às urnas durante o processo eleitoral. A cultura de participação é o primeiro passo para se consolidar uma democracia capaz de garantir os direitos sociais de todos os cidadãos”.

A segunda questão investigou se os conteúdos abordados em sociologia fazem alusão à política atual do país e aos problemas relacionados a ela: “Os conteúdos da disciplina de Sociologia abordam a política atual do país e seus reflexos sobre o país e a população?” (Gráfico 2).

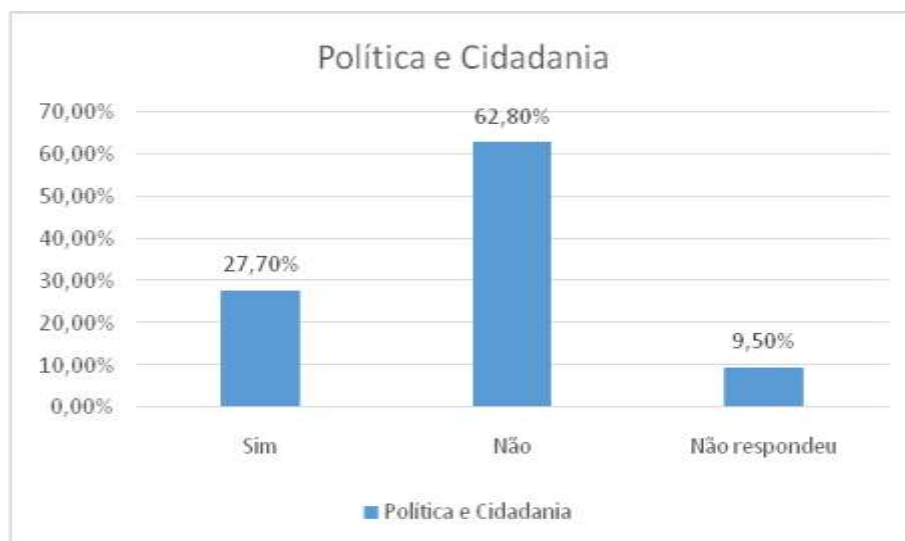


Gráfico 2. Conteúdos de Sociologia e política atual
Fonte: Dados primários da pesquisa

Mais da metade dos sujeitos da pesquisa refere não ter visto nos conteúdos da disciplina referência à situação política atual no país. Isso mostra que os conteúdos da disciplina, como referido acima por Galvão (2012) e corroborados pelos pensamentos de Leite (2010) e Queiroz (2012).

Como espaço comunitário, a escola é incitada a participar do debate social e das transformações políticas do país, interagindo na sociedade como responsável pelas mudanças que ocorrem (ou ocorrerão) nos jovens e crianças, no que diz respeito à ética e à cidadania, bem como outros assuntos, onde se inclui, também e principalmente, a política, não só se preocupando com a formação para o ingresso no mercado de trabalho. Nesse sentido, a pesquisa mostrou que isso não está correspondendo na disciplina que deveria debater esses assuntos, deixando, assim, a escola de cumprir seu papel de formadora da cidadania.

Conforme Singer (apud DAMASCENO, 2012, p. 3), a escola “deveria cumprir muitos outros propósitos, que poderiam ser resumidos na habilitação do indivíduo a se inserir de forma adequada na vida adulta: profissional, familiar, esportiva, artística, etc.”. Não refere, mas deixa subentendido, a vida política e social tendo em vista que o educando é parte de uma comunidade.

A terceira questão envolveu o conhecimento dos sujeitos da pesquisa sobre o processo político do país e dos movimentos políticos atuais, investigando: Você tem conhecimento e plena consciência do que está ocorrendo politicamente no país na atualidade e quais os caminhos que esses acontecimentos podem levar o país daqui para frente?

Constatou-se que a maioria dos sujeitos (72,34%) sabe que o país está em crise política, no entanto, é significativo o percentual daqueles que não sabem na realidade que está ocorrendo de fato e nem os possíveis rumos dessa situação (84,04%). Isso leva a entender que apesar de saberem que o país está vivendo uma crise política, os sujeitos não sabem exatamente que está ocorrendo.

Nesse contexto, a educação política e o exercício da cidadania que deveriam ser abordados na disciplina de Sociologia, tem deixado a desejar no ambiente onde foi realizada a pesquisa, mostrando que a escola, no que se refere à política e cidadania, ainda está aquém do que efetivamente deve desenvolver.

A forma mais conhecida e ampla de participação política tem relação direta e inseparável com a participação eleitoral. No entanto, de acordo com Cancian (2007), essa não é a única forma de conhecimento político, pois é restrito e limitado, tendo em vista que votar é parte de um processo. Se não se desenvolve o conhecimento do contexto político, especialmente no jovem, sua participação cidadã não será efetiva.

Dessa forma, o que esta pesquisa levantou mostra que a escola está deixando de cumprir o seu papel de formadora política e de desenvolvimento da cidadania nos jovens do Ensino Médio, tendo em vista que não contempla, em sua disciplina mais política, a Sociologia, o desenvolvimento dos conteúdos mais importantes neste contexto.

Vale reforçar o posicionamento de Mainardes (2014) para quem a escola constitui-se no melhor espaço ideal com vistas à formação cidadã, uma vez que é neste lugar que crianças e jovens vivenciam suas primeiras experiências relacionadas ao convívio social. Na formação cidadã, desenvolve-se o senso crítico e a capacidade de escolha, exercício essencial para a política.

A quarta e última questão investigou a expectativa dos sujeitos da pesquisa sobre a disciplina Sociologia e sua relação com política e cidadania, perguntando: “Que temáticas relacionadas aos temas, em sua opinião, deveriam ser abordadas nas aulas de Sociologia nesta escola?”

Constatou-se que a maioria dos entrevistados (84,04%) entende que o debate sobre a situação política do país, bem como os possíveis desdobramentos e a origem da crise seriam importantes na construção do currículo disciplinar. Foi possível constatar que os alunos gostariam de saber mais, no entanto ficam dependentes do planejamento já interposto.

Além disso, constata-se que não há um debate que aproxime os conteúdos planejados da realidade vivida no país, o que, no ensino Médio, se tornaria muito importante para maior conhecimento político e, com isso, o maior exercício da cidadania.

Rossi (apud GALVÃO, 2012, p. 169) assevera que “não é afinal na educação que se encontrará a solução para os problemas da desigualdade e da miséria, cuja solução não se poderá obter sem se alterar a distribuição da riqueza e da renda, pela alteração das relações sociais de produção”. No entanto, pode-se afirmar que através dela pode-se desenvolver no adolescente, aluno do ensino médio, uma maior conscientização sobre suas escolhas e, dessa forma, como bem preconiza Paula (2011), prepará-lo para o exercício pleno da cidadania com conhecimento dos rumos da política do país.

Numa revisão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (BRASIL, 1996) constata-se em seu art. 36, que em Sociologia o objetivo é que o educando obtenha o “domínio dos conhecimentos de filosofia e sociologia necessários ao exercício da cidadania”. Com isso, afirma Mendonça (2011), visa a ampliação dos conhecimentos por parte dos educandos sobre sua realidade social, com condições de proceder a uma análise mais crítica da realidade em que se encontra.

Para isso, é preciso que os alunos tenham pleno conhecimento, através da disciplina, de suas possibilidades sociais e políticas e que esta tenha um planejamento que se coadune com a realidade vivida pelo educando, a fim de prepará-los para o exercício amplo e irrestrito da cidadania, despertando-lhes a visão crítica e conscientizando-os de suas responsabilidades neste cenário também.

Para Roriz (apud MAINARDES, 2014), quando a escola não trabalha a formação cidadã e não debate o contexto político nacional num resgate histórico e mostrando o cenário atual, tem-se resultados catastróficos, pois a maioria dos indivíduos buscará soluções de curto prazo para seus problemas mais urgentes e, com isso, colocar-se-á em risco, com supremacia de seus interesses em detrimento dos direitos alheios.

O cenário mostrado por esta pesquisa coloca a disciplina de Sociologia, no que se refere a seus objetivos primários propostos pela LDBEN (BRASIL, 1996), muito distante do ideal. Apesar de a pesquisa apontar ambos os temas em tela aqui como integrantes dos conteúdos do componente curricular, na realidade sua abordagem é muito ampla e programada, o que inviabiliza, em parte, um conhecimento mais amplo do assunto e a inserção do aluno no contexto político nacional para o pleno exercício de sua cidadania, como propõem a maioria dos autores, entre os quais destacam-se Cancian (2007), Romero (2010), Marques (2011), Galvão (2012) e Queiroz (2012), entre outros.

4 Conclusão

Abordar, e discutir política ainda é muito delicado e sério quando a questão é sala de aula, pois além ser uma linha tênue, na qual requer a imparcialidade do professor, logo podemos constatar a reação dos alunos expondo sua indignação referente ao tema, desinteresse em relação à política, quando na verdade essa desilusão está deslumbrada por maus exemplos de operadores da política e agentes políticos, em um histórico de corrupção, mentiras, promessas, expostas as mídias e dentro de nosso meio social. O país passa por forte turbulência política e é preciso que os jovens estejam preparados para exercer seu papel político e cidadão. Diante da realidade a sociedade segue pulsando, necessitando de construção da arte de divergir, da politização e da formação para a cidadania na ação.

Para tanto, abordar o tema política vai além de um texto teoricamente pronto, pois trata-se de um tema muito controverso para mentes de jovens acomodados e passivos no sistema na qual vivem, requer a astúcia e metodologia propícia, agir como autor de transformação, e ter persistência mediante a uma questão que envolve a todos.

O papel da escola é preparar a criança e o jovem para isso. Quando falamos desta apropriação, podemos constatar que o ato de dar aula, é um ato político, é neste ensaio que o professor se revela, como algoz, como mestre e mediador, a sala de aula é um espaço indeterminado e potencialmente rico. O sociólogo Durkheim, no início do século XX, já se preocupava com a sala de aula como objeto próprio da sociologia da educação, na qual o educador seria responsável pela função educativa de adaptação do indivíduo (aluno), de modo a integrá-lo a vida e a sociedade, e assim, contribuir para a manutenção da ordem. No ensino Médio, a disciplina de Sociologia tem como

objetivo, de acordo com a legislação educacional, o papel de desenvolver a consciência política e social do jovem, preparando-o para o exercício pleno e consciente da cidadania.

No entanto, este estudo mostrou que isso não vem ocorrendo no contexto onde foi realizada a pesquisa, o que pode configurar um quadro amplo da distância que o jovem se encontra do cenário político atual, dificultando sua inserção social para o exercício de sua cidadania.

Verificou-se pelos dados da pesquisa em respostas aos sujeitos da mesma que a maioria dos conteúdos da disciplina não situa o jovem no contexto político nacional, configurando um currículo estanque e desatualizado. Desta forma, conclui-se que o ensino da Sociologia no Ensino Médio não contempla de forma abrangente e esclarecedora os temas política e cidadania, deixando a desejar no que diz respeito à atualização do educando e, assim sendo, não promovendo a conscientização de sua importância como membro partícipe do processo político nacional.

Portanto é o professor quem promove, é ele que poderá articular da melhor forma a abordagem do Tema: “Política e Cidadania na disciplina de Sociologia no Ensino Médio”, é ele quem articula momentos de conhecimentos e debates na sala de aula, que por meio do seu agir docente, do seu pensamento epistêmico, e, impreterivelmente, do seu fazer pedagógico disponibilize aos estudantes, que por natureza são ávidos aprendentes, “a água que sacia a sua sede de conhecer”.

Assim, a democracia nos permite isso e acredito que esses expedientes poderiam ser mais bem utilizados por todos, afinal todos somos responsáveis por tudo ou, no mínimo corresponsáveis, temos poder de mudar a realidade que for à política, e nas esferas que ela representa. É preciso acreditar na política, e de forma justa e democrática, contribuir para modificar o quadro a realidade atual, com ações para modificar os pensamentos dos jovens.

Referências

ARROYO, M. Educação e exclusão da cidadania. In: ARROYO, Miguel; BUFFA, Ester; NOSELA, Paulo. (orgs.) **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BARSA. Nova Enciclopédia Barsa. **Política**. São Paulo: Encyclopedia Britannica do Brasil, 2008. v. 11, p. 402-7.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 13 ed. Brasília: EdUnb, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDBEN nº 9394/96**. Brasília: Ministério da Educação, 1996.

CANCIAN, R. Participação política: participação política e cidadania. **Pedagogia & Comunicação**. São Paulo, jun., 2007. Disponível em: <<http://pag3comunicacao.blogspot.com.br/>>. Acesso em 10 fev., 2016.

CERVI, E. U. Ações afirmativas no vestibular da UFPR entre 2005 a 2012: de política afirmativa racial a política afirmativa de gênero. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 63-88, mai./ago., 2013.

DAMASCENO, J. E. **Poder, política e educação**. Resenha analítica. Fortaleza: Universidade das Américas, 2012. Disciplina: Fundamentos Filosóficos, Políticos e Antropológicos da Educação.

EVANGELISTA, O. Algumas questões em torno da relação política-educação. **Perspectiva**. Florianópolis, a. 28, n. 14, p. 29-57, jan./jun., 2010.

GALVÃO, R. C. S. Educação, cidadania e sociedade democrática. **Revista Eletrônica F@pciência**. Apucarana, v. 1, n. 1, p. 60-72, 2007.

_____. Cidadania e educação no Brasil. **Revista HISTEDBR**. Campinas, n. 93, p. 166-70, mar., 2012

_____. **Educação para a cidadania**: o conhecimento como instrumento político de libertação. Educacional.com. 2012. Disponível em: <http://www.educacional.com.br/articulistas/outrosEducacao_artigo.asp?artigo=artigo0050>. Acesso em 10 jan., 2016.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HAMZE, A. **Política educacional**. Brasil Escola. 2010. Disponível em: <<http://educador.brasilecola.uol.com.br/politica-educacional/cidadania-politica.htm>>. Acesso em: 10 abr., 2015.

KRASILCHIK, M.; MARANDINO, M. **Ensino de ciências e cidadania**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 2007.

LEITE, R. C. Educação e política: a relação entre o político e o pedagógico. **Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery**. Juiz de Fora, n. 8, p. 1-8, jan./jun., 2010. Disponível em: <<http://re.granbery.edu.br>>. Acesso em 20 fev., 2016.

MAINARDES, C. Política e cidadania na escola. **Revista Profissão Mestre**. Curitiba, a. 3, v. 27, p. 12.14, fev., 2014.

MARQUES, L. F. Escola também é lugar para falar sobre política. **Gazeta do Povo**. Curitiba. 04/10/2011. Cidadania, p. 12.

MENDONÇA, S. G. L. A crise de sentido e significados na escola: a contribuição do olhar sociológico. **Caderno Cedes**. Campinas, v. 31, n. 85, p. 341-357, set./dez., 2011.

OLIVEIRA, E. S. Movimentos sociais e novas abordagens da educação popular urbana. **Contexto & Educação**. Ijuí, EdUnijuí, a. 26, n. 85, p. 157-76, jan./jun., 2011.

PAULA, P. D. **Apostila de Sociologia**. Varginha: CEDAF/UFV, 2011.

QUEIROZ, A. A. **Noções de política e cidadania no Brasil**. Brasília: DIAP, 2012.

ROMERO, J. **Educação política na escola**: democracia e participação. Jade Romero. mai., 2010. Disponível em: <<https://jaderomero.wordpress.com/2010/05/14/html>>. Acesso em 15 jan., 2016.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 41 ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2009.

VENTURA, M.M. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista da SOCERJ**. Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, p. 383-386, set./out., 2007.